Investigado, Vargas volta à Câmara

Parlamentar acusado de envolvimento com doleiro terá de se defender no Conselho de Ética. Ele quer participar das votações

BRASÍLIA

o dia em que a CPI da Petrobras foi instalada, o deputado André Vargas (sem partido-PR) reassumiu seu mandato na Câmara dos Deputados.

Acusado de envolvimento com o doleiro Alberto Youssef, pivô de um esquema de lavagem de dinheiro, o parlamentar retornou ontem à Casa para se defender em uma investigação no Conselho de Ética.

Em um documento entregue à direção da Casa, o deputado pede sua reinserção no quadro parlamentar e a permissão para que volte a participar das votações nas comissões e no plenário.

Vargas pediu licença do cargo no início de abril, após as denúncias de que ele viajou com a família em um jato emprestado pelo doleiro e utilizou sua influência política para ajudar os negócios de Youssef.

Acusado de quebra de decoro parlamentar, Vargas tem 10 dias para apresentar sua defesa no Conselho de Ética. Ele poderá apresentar a sua defesa por escrito.

O processo de cassação foi instaurado em abril com base em uma representação protocolada por PSDB, DEM e PPS.

O relator do caso, deputado Júlio Delgado (PSB-MG), afirmou que pretende investigar as denúncias e apresentar seu parecer o mais rápido. Se entender que Vargas feriu o decoro parlamentar, pode pedir a cassação do seu mandato.

Na semana passada, a Justiça Federal no Paraná enviou parecer ao Supremo Tribunal Federal informando que a Polícia Federal concluiu que conteúdo das mensagens trocadas entre Vargas e Youssef "tem possível caráter criminoso".



VARGAS discursa: parlamentar viajou em jato emprestado por doleiro

O Conselho de Ética adiou para hoje a instauração de outro processo, agora contra o deputado Luiz Argôlo (SDD-BA), também acusado de envolvimento com Youssef.

Dizem que o adiamento pode ter sido motivado porque estava em curso uma ação do presidente da Câmara e da Mesa Diretora da Casa para apreciar, ainda ontem, a sindicância contra Argôlo em curso na Corregedoria-Geral da Câmara.

A Mesa Diretora se reuniria para votar parecer do corregedor-geral Átila Lins sobre o caso. A tendência é a aprovação, o que garantiria o envio de representação contra Argôlo ao Conselho de Ética.

Ana Rita ataca investigações sobre morte de coronel

RIO

Presidente da Comissão de Direitos Humanos (CDH), a senadora Ana Rita (PT-ES) elaborou um relatório preliminar com as observações do grupo sobre as investigações da Polícia Civil relativas à morte do coronel reformado do Exército Paulo Malhães, ocorrida em 24 de abril.

Para a parlamentar, não há "elementos suficientes – seja pela natureza e valor dos objetos roubados, seja pelas circunstâncias do crime em si - que autorizem afastar a hipótese de que a morte do coronel se relacione com seu passado de torturador e com as revelações que fez à Comissão da Verdade".

Malhães morreu um mês depois de confessar à Comissão da Verdade participação em torturas durante a ditadura militar e no desaparecimento do corpo do ex-deputado Rubens Paiva.

A maior hipótese investigada pela Divisão de Homicídios da Baixada Fluminense é de latrocínio (roubo seguido de morte).

Ana Rita e senadores integrantes da Comissão da Verdade no entanto, querem que a polícia também investigue a possibilidade de queima de arquivo.

